

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

6 A variante ômicron tem atrapalhado os planos de quem pretende viajar ao exterior

Restrições na Europa favorecem turismo no Brasil

A variante ômicron tem atrapalhado os planos de quem pretende viajar ao exterior nas férias de fim de ano, já que diversos países europeus estudam novas restrições sanitárias. Para as operadoras de viagem, se o cenário está ruim de lado, é melhor apostar em outro: o turismo nacional, que provavelmente será beneficiado pela nova realidade. De acordo com projeções feitas pela Fecomércio-SP, o turismo brasileiro irá faturar R\$ 130 bilhões em 2021, 16% acima de 2020 — mas ainda 22% abaixo de 2019. A Latam diz que já retomou quase 100% da oferta doméstica de assentos no Brasil em comparação com o período pré-pandemia. A turbulência parece ter passado. A empresa recompôs 55% das vagas de trabalho que foram fechadas no auge da crise do novo coronavírus. Em 2021, cerca de mil pilotos e comissários de bordo foram recontraçados. Há vagas em aberto. Em dezembro, a Latam iniciou o processo seletivo para incorporar 127 funcionários da área de manutenção.

Márcia Delgado/CB/DA Press



RAPIDINHAS

» A Aurora da Amazônia Terminais e Serviços assinou com a Receita Federal o primeiro aditivo contratual que prorroga por 18 meses o prazo da empresa para iniciar o funcionamento do novo porto seco de Anápolis (GO). O aditivo é um importante passo para a companhia concretizar a execução do contrato, cujo processo de licitação venceu em 2020.

» O resultado da licitação vinha sendo contestado por um concorrente que participou de uma certame. "O aditivo consolida o resultado de um processo licitatório legitimado pelo poder judiciário, Tribunal de Contas da União e pela própria Receita Federal", diz Bruno Moraes, advogado do escritório Gallotti e Associados, que representa a empresa.

» As empresas brasileiras de capital aberto estão em boa posição para superar a crise econômica. Segundo estudo da plataforma financeira Economática, a dívida de curto prazo dessas companhias no terceiro trimestre de 2021 era de R\$ 1,32 trilhão. Trata-se do menor patamar dos últimos vinte trimestres.

» A plataforma de delivery 99Food tem aproveitado bem os novos hábitos de consumo trazidos pela pandemia. De janeiro a novembro de 2021, a empresa registrou 18,7 milhões de pedidos no país, ou 178% a mais do que no mesmo período do ano passado. O número de restaurantes cadastrados cresceu de 50 mil para 113,4 mil.

Preço das passagens aéreas domésticas dispara

Com a demanda por passagens aéreas domésticas em alta, o mercado aproveita para reajustar os seus preços. Entre setembro e novembro, os bilhetes para destinos no Brasil subiram, em média, 37%, segundo pesquisa realizada pelo buscador de voos Viajara. Para as companhias aéreas, o aumento da procura não é a principal razão para a escalada dos valores. Elas alegam que a alta do preço do querosene de aviação também pressiona o custo das passagens. Seja como for, é o turista que paga a conta.

Movimento nas estradas da CCR aumenta em dezembro

Se as viagens ao exterior forem adiadas por causa da variante ômicron, o movimento nas estradas brasileiras nas férias de verão provavelmente aumentará consideravelmente. A CCR, uma das líderes no mercado brasileiro de concessão de infraestrutura, registrou o crescimento de 2,9% no tráfego nas rodovias que administra entre os dias 3 e 9 de dezembro, período que deu a largada para a temporada de viagens. Entre as rodovias sob gestão da CCR estão a Presidente Dutra, BR-163 e Castelo Branco.

PATRICK PLEUL



Bilionários ficam US\$ 1,6 trilhão mais ricos em 2021

Depois de ganhar dinheiro como nunca em 2020, no auge da pandemia, os bilionários mais uma vez tiveram um ano extraordinário. Em 2021, os 2.600 empresários mais ricos do mundo adicionaram US\$ 1,6 trilhão a suas fortunas, segundo levantamento realizado pela revista americana Forbes. Juntos, eles possuem agora ativos equivalentes a US\$ 13,6 trilhões. O imparável Elon Musk, dono da Tesla e da SpaceX, foi a pessoa que mais enriqueceu. Ele ganhou, até agora, US\$ 110 bilhões em 2021.



O desemprego continua muito elevado, temos queda de renda real, a inflação segue persistente em todos os setores da economia, a alta da taxa de juros vai continuar. Essa combinação reduz o consumo e o nível de investimentos"

Antonio Corrêa de Lacerda, presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon)

R\$ 1,3 TRILHÃO

é quanto a informalidade movimentada por ano no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre).



Fábio Cortez/DN/DA Press

REFORMA ADMINISTRATIVA

PEC 32 está na encruzilhada

Proposta aguarda, desde setembro, ser incluída na pauta do plenário da Câmara, mas janela de oportunidade foi perdida

» TAÍSA MEDEIROS

A reforma administrativa do governo Jair Bolsonaro (PL), após idas e vindas, entrou em uma encruzilhada. Há grandes dúvidas se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2020, apelidada de "antirreforma" ou "projeto Frankenstein", ainda tem chances de vingar.

A matéria, que foi aprovada por comissão especial em setembro, está emperrada na Câmara dos Deputados desde então. O texto ainda precisa ser votado no plenário das duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos e ter o apoio de, pelo menos, três quintos dos parlamentares.

Ao longo da tramitação, o texto despertou insatisfações no Congresso, tanto na esquerda quanto na direita. Isso fez com que a oposição utilizasse estratégias, como a de atrasar as votações, para que o tempo hábil para aprovação da proposta já não fosse mais possível. "Nossas estratégias foram eficientes", avalia o deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir).

Batista explica que ao menos quatro artifícios foram utilizados para burlar o andamento da reforma administrativa: o atraso; a demonstração de que o governo estaria tentando "vilanizar o servidor público"; o impedimento de que houvesse um "racha" nas opiniões dos servidores sobre o texto, por conta das diferenças de impacto para cada tipo de concurso; e por último, trazer para perto deputados que costumavam votar com o governo

para que publicasse a sua versão à PEC 32.

Além disso, o deputado destaca que o apoio dos servidores foi essencial no processo. "Foi muito importante, principalmente produzindo estudos que mostrassem que a PEC não resultava em economia para os cofres públicos, e que não atacava os principais problemas que ela precisava atacar", diz. A ineficiência da proposta, segundo ele, era de que "não tratava dos privilégios, da desigualdade no serviço público e não aumentava a transparência".

Mesmo assim, o deputado reconhece que ainda existe chance do texto voltar ao debate. "Ela pode ser colocada em votação a qualquer momento, e dependendo de como o Arthur Lira (presidente da Câmara) negociar com os deputados sobre as emendas, isso pode acontecer", afirma. Mas ele acha que não há mais clima político. Com a chegada do período pré-eleitoral, as prioridades passam a ser outras: "Os deputados já viraram a chave para o período eleitoral", diz Batista.

Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, atualmente é empresário. Deixou o posto no governo Bolsonaro por não ver o avanço para aprovação da reforma. "Quando eu senti que a reforma não ia avançar, entendi que meu ciclo estava completo", declara.

Ele defende que "a reforma das reformas" deveria ter sido prioridade desde o início do governo. "Não fazer a reforma atrasa muito o país. Faz com que o Brasil continue sendo um dos países com maior gasto no funcionalismo em relação ao Produto Interno Bruto

Ed Alves/CB/DA Press



"Foi muito importante, principalmente produzindo estudos que mostrassem que a PEC não resultava em economia para os cofres públicos, e que não atacava os principais problemas que ela precisava atacar"

Professor Israel Batista, deputado federal (PV-DF)

(PIB) do mundo, uma média de 14%. Economias em desenvolvimento gastam, normalmente, 8%", argumenta.

O ex-secretário também argumenta que a reforma administrativa deveria ter ocorrido antes da tributária. "Antes de discutir a receita, é preciso discutir a despesa. Acho que a janela de oportunidade para aprovar reformas estruturais está se fechando", avalia.

Para o deputado federal Marcelo Brum (PSL-RS), ainda há tempo para aprovar a reforma administrativa antes das eleições. "A reforma é de extrema importância para o Brasil. A proposta do presidente Bolsonaro é a mais justa, contempla a todos. Todos os brasileiros vão ganhar com isso", afirma.

O ministro da economia, Paulo

Guedes, afirmou recentemente que a reforma administrativa é uma tentativa de trazer "modernização, digitalização, maior produtividade e trabalhar com meritocracia" dentro do segmento.

Questão de justiça

Para o economista Gil Castello Branco, fundador e secretário-geral da Associação Contas Abertas, as mudanças citadas por Guedes só seriam contempladas com uma "reforma justa". "A reforma cogitada pelo ministro não atinge os Três Poderes e o ônus recai, apenas, sobre os servidores do Executivo", destaca.

A reforma administrativa do Executivo enviada ao Congresso pelo governo federal alterava 27

trechos da Constituição e acrescentava outros 87. Dentre os argumentos utilizados pelo governo para a realização de uma reforma estrutural está o montante destinado às despesas obrigatórias que, em 2021, correspondem a 93,7% do Orçamento federal. A folha de pagamento dos servidores públicos é a segunda maior despesa obrigatória.

Castello Branco concorda que uma reforma administrativa deve ser feita, mas alerta para alguns problemas que a proposta não resolve. "A reforma administrativa que o Brasil precisa deveria reduzir privilégios existentes não só no Executivo, mas também no Legislativo e no Judiciário, a começar pelos supersalários", defende o economista. Ele ainda destaca que

os privilégios do Judiciário praticamente não foram afetados pela proposta que está no Congresso.

A PEC 32 ainda sugere mudanças no tipo de vínculo empregatício. O deputado Israel Batista avalia que, com isso, "a real intenção do governo era que o servidor pudesse ser contratado por processo de seleção simplificada, enfraquecendo o vínculo empregatício entre servidor e estado". Tal característica mudaria as relações de poder. "No momento em que o servidor é concursado, ele tem obediência à lei. Com a reforma, ele teria que trabalhar com a vontade política momentânea. Servidores estáveis são os que têm mais condições de denunciar problemas de gestão", argumenta.